

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUB-MÓDULO “PRAGMÁTICA” NA TERMINOLOGIA LINGUÍSTICA PARA O ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

SÉRGIO MATOS

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto
(smatos@letras.up.pt)*

I. Introdução

Iremos abordar aqui alguns aspectos relativos ao sub-módulo B7 da “Terminologia Linguística” [TG] que estamos a analisar neste Encontro. Este sub-módulo intitula-se *Pragmática e Linguística de Texto*; dada a vastidão deste domínio, decidimos restringir as nossas observações a algumas questões de Pragmática.

Uma forma simples, embora pouco rigorosa, de abordar a Pragmática é considerar que tem a ver com fenómenos agrupados geralmente sob a designação de “comunicação”. Os professores de língua manifestam em regra uma natural sensibilidade para a dimensão pragmática da linguagem, na medida em que estão atentos ao contexto comunicativo da língua, mesmo se pouco familiarizados do ponto de vista teórico com a Pragmática enquanto domínio da Linguística. Tal deve-se em larga medida à influência da abordagem comunicativa ou “comunicativismo” no ensino-aprendizagem de línguas (sobretudo estrangeiras), que marcou, como é em geral reconhecido, uma significativa viragem na didáctica das línguas. É certo que teve os seus excessos, como a subvalorização do ensino da gramática e do próprio léxico, que levam hoje a que ninguém pense em regressar aos fundamentalismos comunicativistas dos anos 70; mas teve o mérito indiscutível de colocar a ênfase sobre o processo e as funcionalidades da comunicação, por oposição ao artificialismo laboratorial dos métodos áudio-orais e áudio-visuais surgidos nos anos 50.

Não somente a didáctica das línguas avançou, sob a bandeira comunicativista, no terreno que a Pragmática linguística explora como, em vários sentidos, se antecipou a esta. De facto, enquanto boa parte da Linguística considerava ainda a frase como a unidade mais importante da descrição linguística, e debatia se ao significado cabia um lugar próprio na gramática, a didáctica das línguas entrava decididamente no domínio da comunicação, trazendo para dentro da sala de aula textos autênticos, a língua em uso, incluindo a língua oral em contexto conversacional, e procurava recriar situações autênticas de comunicação (como o famoso “role-play”). Desse esforço de integração da aprendizagem da língua no contexto comunicativo nasceram conceitos hoje comuns – muitos deles inscritos nos programas oficiais de ensino – que qualquer docente reconhece, como sejam os de competência comunicativa, intencionalidade comunicativa ou adequação comunicativa, que são, do ponto de vista linguístico, conceitos de Pragmática.

Mas o que é a comunicação e como se processa a comunicação linguística? É aqui que o conhecimento da Pragmática pode constituir uma mais-valia relevante para o docente de língua, não tanto para despertar nele uma consciência sobre a necessidade de colocar em contexto comunicativo a língua, uma vez que já a possui, mas para esclarecer a natureza e os factores intervenientes no processo de comunicação. Mais precisamente, torna-se a nosso

ver necessário ultrapassar modelos de comunicação (que encontramos reproduzidos com excessiva frequência no contexto do ensino da língua) não só excessivamente simplistas como em geral pouco adequados para dar conta da especificidade da linguagem verbal como meio de comunicação.

O desenvolvimento actual da Linguística, e, em particular, da Pragmática, com o seu distanciamento crítico dos modelos estruturais fechados, imanentistas, em direcção a uma perspectiva modular, dinâmica e interdisciplinar da linguagem pode trazer alguns dados importantes ao professor de língua. É neste sentido que nos propomos abordar alguns aspectos da Pragmática contemplados na TG, procurando explicitar conceitos operatórios essenciais, tal como nos foi solicitado pelas organizadoras deste Encontro, e abrir já algumas perspectivas de possível operacionalização que serão exploradas de seguida pela minha colega Profa. Isabel Duarte.

2. Definindo o domínio da Pragmática

Não coube aos linguistas o mérito de desbravar o território da Pragmática, mas, pelo menos num primeiro momento, aos filósofos da linguagem. Referimo-nos a filósofos como Peirce, Wittgenstein, Austin, Searle e Grice, que, contra a corrente do pensamento dominante da sua época, chamaram a atenção para o papel do utilizador da linguagem, para a relação entre significado e uso, para a lógica da linguagem comum (até então considerada irrelevante para o estudo científico), para as normas de cooperação presentes na relação interlocutiva, para o papel do raciocínio inferencial no cálculo do significado, e, de modo particularmente convincente, para a consideração da linguagem como forma de acção.

Do lado da sociologia e da antropologia, especialmente da etnometodologia e etnografia da comunicação, vieram também influências decisivas para a formação da Pragmática contemporânea, ao focarem dados empíricos que tinham passado em larga medida despercebidos a uma linguística excessivamente distante e desconfiada da "performance". A chamada "análise conversacional" beneficiou largamente desse contributo.

Foi Charles S. Peirce, na transição do século XIX para o XX, o primeiro a definir alguns aspectos cruciais da abordagem pragmática; mas foi Charles Morris quem, em 1938, estabeleceu uma célebre distinção entre sintaxe, semântica e pragmática – planos de análise válidos, segundo ele, para qualquer sistema semiótico. A Sintaxe ocupar-se-ia do estudo das relações entre os signos, a Semântica do estudo da relação entre os signos e os objectos que designam (referência) e a Pragmática do estudo da relação entre os signos e os seus utilizadores.

Adaptando a proposta de Morris às línguas naturais, poderemos sintetizar estes domínios de análise linguística no quadro a seguir:

	<i>SINTAXE</i>	<i>SEMÂNTICA</i>	<i>PRAGMÁTICA</i>
<i>Objecto (Morris)</i>	Signo-Signo	Signo-Objecto	Signo-Utilizador
<i>Unidade de análise linguística</i>	Frase	Proposição (predicado+argumentos)	Acto linguístico do enunciado
<i>Propriedade</i>	Gramaticalidade (condições de boa formação das frases)	Valor de verdade (condições de verdade – plano da referência)	Função comunicativa (condições de uso-adequação comunicativa)

É a partir desta perspectiva que a literatura linguística define a Pragmática. David Crystal (1985: 240) define Pragmática como **“o estudo da linguagem do ponto de vista do utilizador**, especialmente o estudo das suas escolhas, das restrições que faz, das restrições que encontra ao usar a língua em interacção social e dos efeitos do uso dessa língua sobre outros participantes no acto de comunicação”. Há aqui um ponto a reter: a pragmática tem a ver com escolhas (paradigmáticas) que o falante faz. Um exemplo simples: quando abordo uma pessoa, que forma de tratamento vou adoptar? *Tu, você, o senhor, o senhor doutor, o colega, ...?* Outro ponto tem a ver com as constrações que impendem sobre essas escolhas. Muitos aspectos da comunicação linguística dependem directamente de factores socioculturais que a condicionam fortemente.

Leech (1983) define a Pragmática como uma espécie de **retórica interpessoal**: a forma como os falantes realizam objectivos comunicativos enquanto agentes sociais, que não apenas necessitam de ver um acto realizado (por exemplo, ver um pedido atendido) mas, ao mesmo tempo, alimentam as suas relações interpessoais com outros participantes na interacção linguística.

George Yule sublinha o **significado do falante**: “A pragmática diz respeito ao estudo do significado tal como é comunicado pelo falante (ou escritor) e interpretado pelo ouvinte (ou leitor). Como tal, tem mais a ver com a análise do que as pessoas significam através dos seus enunciados do que com o que as palavras ou sintagmas que formam esses enunciados possam significar em si mesmos” (Yule 1996: 3-4). É também o estudo do **significado contextual**. “Requer a consideração de como os falantes organizam o que querem dizer de acordo com quem estão a falar, onde e em que circunstâncias”. Ainda segundo Yule, a pragmática é “o estudo de como **o que se comunica é mais do que o que se diz**. Explora o facto de uma boa parte do que não é dito ser reconhecido como fazendo parte do comunicado. É a investigação do significado invisível”.

Há duas noções-chave que gostaríamos de reter. A pragmática estuda o significado em **contexto** (marcando a língua com coordenadas como pessoa, tempo, lugar, mas também da instituição, sociedade, cultura). A pragmática estuda a linguagem como forma de **acção**; mais propriamente, analisa a intencionalidade comunicativa do falante e a capacidade de reconhecimento e interpretação dessa intenção por parte do interlocutor (espécie de “leitura do pensamento”). Assim se explica que, quando A diz “esta sala está quente”, B abra uma janela.

3. A abordagem de conceitos de pragmática na “Terminologia Linguística”

Como sabemos, a “Terminologia Linguística [TG] apresenta 4 grandes domínios conceptuais:

- A- Língua, comunidade linguística, variação e mudança
- B- Linguística descritiva
- C- Lexicografia
- D- Representação gráfica da língua oral

O **domínio B**, relativo à Linguística Descritiva, reparte-se em 7 subdomínios. Estes domínios reproduzem uma perspectiva habitual dos níveis de descrição da língua, partindo da unidade menor (o som) até à maior (o texto ou discurso). Por outro lado, há uma abordagem de aspectos que dizem sucessivamente respeito à forma, ao significado e ao uso da língua.

B1- Fonética e Fonologia	<i>som</i>	}	forma
B2- Morfologia	<i>morfema / palavra</i>		
B3- Classes de palavras	<i>palavra</i>		
B4- Sintaxe	<i>sintagma / frase</i>		
B5- Semântica lexical	<i>palavra</i>	}	significado
B6- Semântica frásica	<i>sintagma / frase</i>		
B7- Pragmática e L. Textual	<i>enunciado / discurso</i>	}	uso

O subdomínio que nos interessa aqui (B7) apresenta-se estruturado nas seguintes áreas:

1- comunicação verbal – onde são apresentados conceitos gerais relativos aos participantes e ao contexto interlocutivo;

2- enunciação – o acto em si de produção de um enunciado dentro de determinadas coordenadas (como tempo, pessoa, espaço);

3- princípios reguladores da interacção discursiva – talvez o mais importante conjunto de conceitos de pragmática, onde se destacam os actos de fala;

4- adequação discursiva;

5- relato de discurso;

6- processos interpretativos inferenciais – onde, para além da pressuposição e da implicatura, é incluído o sentido figurado;

7- texto;

8- tipologia textual;

9- paratexto.

Note-se a vasta cobertura de tópicos e o abundante número de entradas no sub-domínio B7: 76 (comparando com 61 para a Semântica da Frase e 84 para a Sintaxe).

Por sua vez, o tópico 3, que nos interessa abordar aqui – princípios reguladores da interacção discursiva – abarca os seguintes temas:

- Discurso
- Força ilocutória
- Dialogismo
- Acto de fala
 - Acto locutório
 - Acto perlocutório
 - **Acto ilocutório**
 - **Assertivo**
 - **Directivo**
 - **Compromissivo**
 - **Expressivo**
 - **Declarativo**
 - **Declarativo assertivo**
- Princípios reguladores da interacção discursiva
- Face

Gostaríamos de incidir a nossa atenção sobre os actos de fala, designadamente sobre a dimensão ilocutória (colocada acima a negrito).

4. Actos de fala

Deve-se a Austin (1957/62) e a Searle (1969) o essencial dos conceitos relativos à teoria dos actos de fala. Começemos por observar a seguinte frase: *Esta sala está terrivelmente quente.*

Como vimos atrás, um sintacticista interessar-se-ia pela estrutura e boa formação da frase; um semanticista descreveria o seu conteúdo proposicional; um pragmaticista procurará averiguar, em contexto, que tipo de acto é realizado através deste enunciado. Austin distinguiu 3 dimensões de um acto de fala:

- 1) **Acto locutório** - É o que decorre do simples facto de produzir um enunciado linguístico, que pode ser descrito nos habituais termos fonológico-sintáctico-semânticos. Pode parecer estranho isto ser considerado um acto, mas lembremos que, num acto de comunicação, o locutor poderia optar por um outro sistema semiótico alternativo – p. ex., um gesto, um grafismo, um som.
- 2) **Acto ilocutório** - Todo o enunciado tem uma *força*, chamada *força ilocutória*, que a TG define:
«Conteúdo accional (ou dimensão da significação) de um *enunciado* que permite ao *interlocutor*, num específico contexto enunciativo, o reconhecimento do objectivo comunicativo do *locutor*».

A força ilocutória tem portanto a ver com o que informalmente se chama **intenção comunicativa**. Note-se que só há comunicação verdadeiramente quando há intenção comunicativa por parte do locutor e quando essa intenção é reconhecida pelo interlocutor. É por isso que comunicar é mais do que informar. Por exemplo, se eu disser que gosto muito de magnórios, o meu interlocutor ficará a saber que sou do Porto, independentemente de ser meu desejo ou não fazer passar essa informação. Mas se eu estiver a falar com alguém que supõe que sou natural de outra parte do país e eu introduzo propositadamente no discurso a palavra “magnórios”, há intenção comunicativa e haverá comunicação bem sucedida se essa intenção for reconhecida pelo interlocutor. Um modelo de comunicação que considere a comunicação como simples transição de informação de um emissor para um receptor é, portanto, inadequado para dar conta da comunicação linguística.

Para além de definir o aspecto da intencionalidade, Searle sublinha a **convencionalidade** dos actos ilocutórios. Há regras ou convenções que orientam a produção e permitem reconhecimento de um acto ilocutório, a que Searle chama “condições de felicidade”, isto é, requisitos para o sucesso ou adequação dos enunciados. A primeira é a condição de conteúdo proposicional, que consiste na descrição da acção a realizar pelo locutor (caso p.ex. de uma promessa) ou pelo interlocutor (caso p.ex. de uma ordem). As condições prévias dizem respeito às crenças de locutor sobre capacidades do interlocutor (p. ex., de realizar uma tarefa em decorrência de uma ordem). A condição de sinceridade define o estado mental do locutor; p. ex: ninguém promete algo que sabe não poder realizar. Finalmente, a condição essencial especifica o objectivo ilocutório, isto é, a natureza da obrigação contraída pelos interlocutores. P.ex. no caso da promessa, o locutor assume a responsabilidade de realizar uma acção futura.

3) Acto perlocutório

A TG apresenta a seguinte definição:

Acto perlocutório refere-se aos efeitos produzidos junto do *interlocutor* pela realização de determinado acto *ilocutório*.

São exemplos de actos ilocutórios (actos realizados *ao dizer* algo): prometer, perguntar, dizer, ameaçar, relatar, afirmar, pedir, sugerir, ordenar, propor. São exemplos de actos perlocutórios (actos realizados *por dizer* algo): inspirar, persuadir, impressionar, enganar, embaraçar, intimidar, irritar.

5. Tipos de actos ilocutórios

De facto, a atenção da pragmática tem sido orientada sobretudo para os actos ilocutórios, precisamente porque são convencionais e susceptíveis de uma análise sistemática. A TG distingue as seguintes classes de actos ilocutórios:

1) ASSERTIVOS	asserções - descrições
1) DIRECTIVOS	ordens-pedidos-perguntas-permissões
1) COMISSIVOS	promessas-ofertas
1) EXPRESSIVOS	felicitações-desculpas-agradecimentos- queixas-saudações
1) DECLARATIVOS	declarações-condenações-baptismos

Como são reconhecidos estes diversos tipos de acto de fala?

A entoação e a ordem das palavras, ou, no caso da escrita, a pontuação, podem constituir marcadores da força ilocutória de um enunciado. Mas a natureza do acto pode ser explicitada por certos verbos, como *prometo, peço, lamento, declaro, ...* Ou o interlocutor infere a partir de dados contextos a intenção comunicativa do falante. Um exemplo: um enunciado como “Amanhã vou a tua casa” é pragmaticamente ambíguo, uma vez que pode constituir uma promessa ou uma ameaça.

Um aspecto mais complexo prende-se com os chamados **actos indirectos**. Todos sabemos que a uma construção interrogativa nem sempre corresponde pragmaticamente uma pergunta, assim como a uma construção declarativa nem sempre corresponde uma asserção. Se disser: *Pode dizer-me as horas?* – o que pretendo é que o interlocutor me diga as horas e não que me responda se pode ou não dizer as horas. Neste caso, o acto ilocutório primário (pedido) é realizado através de um acto ilocutório secundário (pergunta).¹

¹ Devo aqui proceder a uma pequena observação sobre a definição da TG, que em nada diminui a qualidade do trabalho desenvolvido nesta área:

“Num acto ilocutório indirecto, o locutor quer dizer algo diferente daquilo que expressa em sentido literal, contando com as capacidades inferenciais do *interlocutor* para o reconhecimento da sua intenção ou objectivo ilocutório.”

Parece-me que o que está em causa não é o sentido *literal* (que se opõe a figurado) mas o sentido *directo* (que se opõe a indirecto).

Por que motivo realizam os falantes um acto linguístico de forma indirecta se o podem realizar de forma directa e até explícita? Fundamentalmente, devido a princípios de natureza social que regem a interacção discursiva, como o princípio da delicadeza ou cortesia: um acto indirecto tem um óbvio efeito atenuativo. Ou devido ao princípio da manutenção de face: um acto indirecto deixa espaço para a interpretação, evitando que quer o locutor quer o interlocutor percam a face.

Searle observou que há várias estratégias para, por exemplo, fazer pedidos de forma indirecta:

- (1) Frases que focam a CAPACIDADE de o interlocutor realizar X.
Podes passar-me o sal?
Podias fazer menos barulho.
- (2) Frases que focam o desejo do locutor que o interlocutor faça X.
Gostaria que escrevesse essa carta.
Espero que me tragas o livro.
- (3) Frases que focam a execução de X pelo interlocutor.
Os funcionários do Banco usarão gravata ao jantar.
Vais acabar com esse barulho?
- (4) Frases que focam o desejo ou consentimento do interlocutor em fazer X.
Seria muita maçada fechar essa porta?
Queres passar-me o sal?
- (5) Frases que focam as razões de fazer X.
Devias ser mais educado com o teu pai.
Por que não parar aqui?
É urgente que vás ao Banco.

(6) Frases que encaixam um destes elementos noutro; ou frases que encaixam um verbo ilocutório directivo explícito num destes contextos.

- Incomoda-o se lhe pedir para me escrever uma carta de recomendação?
Seria possível pedir-lhe para tirar a gabardina?

6. Restrições sociais e culturais dos actos de fala

Cabe aqui sublinhar que as convenções que governam os actos de fala são culturalmente dependentes. Inge Egner (2002) apresenta um curioso exemplo. Egner conta que, na Costa do Marfim, convidou um amigo africano para um jantar oficial. A resposta foi: “Estarei lá”. Minutos depois, ao conversar com esse amigo, apercebeu-se de que este estaria a 600 km de distância na ocasião do jantar, o que o deixou perplexo. Em termos da teoria dos actos de fala, diríamos que tinham sido violadas as condições de felicidade do acto de promessa. Mais tarde apercebeu-se que os africanos daquela cultura têm uma espécie de “promessas de cortesia”, que se destinam, não a ser cumpridas, mas a mostrar ao interlocutor o respeito e estima que têm por ele, mesmo não sendo possível cumprir o prometido. Responder ao convite com uma negativa, mesmo que devidamente justificada, seria considerada uma grande falta de delicadeza. Pelo contrário, um ocidental só faz em princípio uma promessa quando tem condições de a cumprir. A não observação dessa condição é considerado um acto de má fé.

A interação dos actos de fala verifica-se não apenas com o contexto cultural como com aspectos que se prendem directamente à relação social entre os locutores. Dependendo da distância social entre os falantes, pode realizar-se um acto de pedido de desculpas dizendo simplesmente “Desculpe” ou “Lamento imenso o sucedido”. A avaliação da situação também interfere na modalização de um acto de fala.

Este é, aliás, um bom exercício que pode ser feito em sala de aula, cruzando actos de fala com distância entre os locutores e natureza da situação. Vamos exemplificar (sugestões de Gabriele Kasper 2000) com três actos: pedidos, pedidos de desculpa e convites.

1) PEDIDOS

O professor, ao abordar o acto de fala PEDIDOS, deverá distinguir

- pedidos simples (fáceis de atender) e pedidos difíceis.
- relação entre os falantes: próxima (informal) e distante (formal).

Com a ajuda dos alunos, deverá dar exemplos

- de um pedido simples (ex: pedir para abrir a janela)
- de um pedido difícil (ex: pedir um DVD emprestado)

Em seguida, classificar as relações como I (informais) ou F (formais):

Dois colegas de turma: I

Dois amigos que vão ao futebol: I

Um aluno e um professor: F

Como verbalizar esses actos? Colocar na grelha abaixo (onde são dados exemplos de realizações possíveis):

Actos da fala: Pedidos		Tipo de tarefa	
		De fácil realização	De difícil realização
Relação entre os falantes	próxima	Colegas de turma: <i>Ó Rui, abre a janela!</i>	Dois amigos: <i>Emprestas-me este DVD?</i>
	distante	Aluno para o professor: <i>O sr. dr. não se importava de abrir a janela?</i>	Aluno para o professor: <i>Será que seria possível o sr. dr. emprestar-me este DVD?</i>

2) O mesmo tipo de exercício pode ser feito para CONVITES e PEDIDOS DE DESCULPA.

Em que quadrado colocar?

- Ó pá, vens jogar connosco?
- Desejava convidar V. Ex^a para um Porto de honra.
- Gostava muito que viesses à minha festa de anos.
- Estás convidado para a minha festa de anos.

Actos da fala: Convites		Tipo de situação	
		Informal	Formal
Relação entre os falantes	próxima		
	distante		

Ou ainda: como pedir desculpa?

Actos da fala: Pedidos de desculpa		Tipo de situação	
		Ofensa ligeira	Ofensa séria
Relação entre os falantes	próxima	Dois amigos:	Dois vizinhos:
	distante	Desconhecidos na rua:	Empregado para patrão:

Podemos dizer que actividades deste tipo poderão ser úteis para o desenvolvimento da **competência pragmática**, considerada como parte da competência comunicativa em língua. Lembremos que o **Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas** define, no âmbito da “Competência comunicativa em Língua”, para além da competência linguística, as competências sociolinguísticas e as competências pragmáticas. Estas últimas dizem respeito à capacidade de usar a linguagem verbal em relações interpessoais, tendo em consideração aspectos complexos como distância social e formas indirectas de comunicar.

Conclusão

Nunca é demais sublinhar que um falante pode ser proficiente numa língua a nível de léxico e gramática e apresentar carências no plano das competências pragmáticas. A consciência dessa realidade motivou o estabelecimento, a par do conceito de competência linguística, do conceito de **competência pragmática**, como parte integrante da competência comunicativa, concebida como a consciência do falante a respeito de convenções de natureza social, cultural e discursiva que devem ser observadas em situações concretas de comunicação.

A questão que se coloca aos agentes de ensino é saber como desenvolver esta competência. Certamente não é debitando conceitos e definições aos alunos; a metalinguagem da pragmática é muito complexa e, dada a sua origem filosófica, pode ser altamente abstracta.

Parece-nos que algumas atitudes recomendáveis passariam pelo seguinte:

- 1º) O professor deve desenvolver ele próprio uma consciência pragmática da língua e actualizar o seu saber em função dessa consciência.
- 2º) Isso implicará que na aula dê lugar ao desenvolvimento da oralidade, na dupla vertente da produção e interpretação, e não apenas à escrita.
- 3º) Deverão ser privilegiados materiais e actividades autênticos, sejam “efectivamente autênticos” (gravações, por exemplo), sejam recriações bem feitas da realidade comunicacional.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J.L. (1957/1962). *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.
- CRYSTAL, D. (1985). *A dictionary of linguistics and phonetics*. 2ª. edição. Oxford: Blackwell. 1985
- EGNER, I. (2002). *The speech act of promising in an intercultural perspective*. SIL International.
- KASPER, G. (2000). "Four perspectives on L2 pragmatic development". American Association of Applied Linguistics (AAAL), Vancouver, Março 2000.
- LEECH, G. (1983). *Principles of pragmatics*. London: Longman.
- SEARLE, J.R. (1969). *Speech acts: An essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- YULE, G. (1996). *Pragmatics*, Oxford Introductions to Language Study.